

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/3868	5062/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

ASSUNTO: Reclamação - Valor devido pela execução da limpeza coerciva do terreno, sito na Rua do Regimento de Cavalaria nº 6, São Vicente

Face à factualidade e o quadro legal descritos no parecer jurídico que *infra* se anexa, s.m.o., somos do entendimento seguinte:

- Os argumentos vertidos na reclamação apresentada não poderão colher provimento, porquanto, os factos alegados extravasam o objeto dos presentes autos (nomeadamente, a mencionada ação judicial contra o Município de Braga, no âmbito do Processo 1009/18.3BEBRG), razão pela qual, não relevam para a análise da exigibilidade do pagamento pela execução da limpeza coerciva do identificado terreno promovida pela Câmara Municipal de Braga;
- Com efeito, uma vez que a Câmara Municipal de Braga se substituiu ao responsável pela limpeza do sobredito terreno, nos termos e para os efeitos do artigo C-1/26.^a, n.º 4 do CRMB, cabe ao proprietário do espaço a imputação das respetivas despesas pela execução coerciva;

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assim, propõe-se que o Executivo Municipal delibere,

I. Ao abrigo da competência prevista no artigo 192.º, n.º 2 do CPA, **indeferir a presente reclamação e confirmar o ato administrativo ora reclamado pelas razões de facto e de direito melhor vertidas no parecer jurídico anexo; e**

II. Notificar a ora reclamante da decisão e, mais alertando, em caso de incumprimento do pagamento voluntário da fatura 25.17/8682, o processo será encaminhado para cobrança coerciva, sendo devidos juros de mora à taxa legal em vigor, conforme o previsto no artigo 179.º do CPA e nos artigos H-1/31.º e seguintes do CRMB.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

